

O estatuto do progresso nos opúsculos de Kant na década de 1780¹

[*The status of progress in Kant's opuscula in the 1780s*]

Gabriel Martins Ferreira²

Universidade de Brasília (Brasília, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v24i1.101069

Resumo

O presente artigo, em sua proposta mais geral, pretende expor a noção de progresso mobilizada pela filosofia da história de Kant em seus opúsculos publicados da década de 1780. De um ponto de vista mais específico, recorrendo aos opúsculos *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* (1784); *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?* (1784); e *Começo conjectural da história humana* (1786), o presente artigo tenciona apresentar a hipótese geral de acordo com a qual Kant concebe a história a partir de *fundamentos antropológicos* do progresso, isto é, o progresso deve ser buscado a partir do ser humano e com vistas a fins estritamente humanos.

Palavras-chave: Kant; progresso; esclarecimento; educação; filosofia da história; razão.

Abstract

In its broadest sense, this article aims to explore the notion of progress as articulated in Kant's philosophy of history in his short works published in the 1780s. More specifically, drawing on the short works *Idea for a universal history with a cosmopolitan aim* (1784); *An answer to the question: What is enlightenment?* (1784); and *Conjectural beginning of human history* (1786), this article intends to present the general hypothesis according to which Kant conceives of history based on anthropological foundations of progress, that is, progress must be sought from the human being and with a view to strictly human ends.

Keywords: Kant; progress; enlightenment; education; philosophy of history; reason.

¹ Este artigo representa uma versão modificada das seções 2.2 a 2.5 do capítulo segundo da dissertação de mestrado do autor, intitulada *O Projeto Moderno de uma Teoria do Ser Humano Segundo Kant: Sobre Autonomia e Perfectibilidade*, defendida em janeiro de 2021 pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB PPG-Fil).

² Graduado em filosofia pela Universidade de Brasília. Mestre em filosofia pela Universidade de Brasília. Atualmente doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (PPG-Fil) sob orientação do prof. Dr. Alexandre Hahn. Este trabalho foi financiado com recursos do Edital Dpg nº. 001/2025. Email: gabrielmkhan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3922-8358>.

Introdução

O presente artigo investiga a noção de progresso na filosofia da história de Immanuel Kant, buscando responder à seguinte questão central: em que medida o progresso histórico, tal como concebido por Kant, pode ser compreendido a partir de fundamentos antropológicos? Em particular, trata-se de examinar como o desenvolvimento das disposições racionais humanas estrutura uma concepção de história como processo orientado ao aperfeiçoamento do gênero humano.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem interpretativa de caráter conceitual e reconstrutivo, centrada na análise dos argumentos desenvolvidos por Kant em seus opúsculos da década de 1780. O corpus textual acionado é composto pelos opúsculos *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* (1784), *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?* (1784) e *Começo conjectural da história humana* (1786), nos quais se procuram estabelecer os elementos fundamentais da filosofia da história de Kant. A hipótese defendida sustenta que a noção kantiana de progresso possui um fundamento eminentemente antropológico, na medida em que se ancora no desenvolvimento das disposições racionais humanas e em sua transmissão intergeracional. Nesse sentido, o progresso não deve ser compreendido nem como decadência, nem como redenção, mas como um processo histórico de aperfeiçoamento contínuo orientado por fins humanos.

Como contribuição, o artigo pretende explicitar a centralidade da dimensão antropológica na filosofia da história kantiana, evidenciando o papel do esclarecimento e da educação como condições fundamentais para o desenvolvimento histórico. Ao fazê-lo, busca-se oferecer uma interpretação sistemática que articule progresso, racionalidade e formação humana como elementos indissociáveis da filosofia de história de Kant³.

1. Progresso como desenvolvimento das disposições naturais

Parece haver consenso de que a pedra angular de toda a filosofia da história de Kant é a ideia de acordo com a qual há no gênero humano um “progresso para o melhor”, todavia, é imperioso buscar oferecer uma caracterização mais precisa de que progresso Kant está a falar. A concepção de filosofia da história sustentada por Kant parece se assentar no pressuposto de que o gênero humano se encontra em um contínuo progresso que compreende o campo das ciências e das artes; das instituições político-jurídicas e de sua disposição moral de ânimo. O progresso sobre o qual versa a filosofia da história kantiana é um processo concernente ao desenvolvimento das disposições <Anlagen> racionais de que é dotado o ser humano, de modo que atingir o desenvolvimento completo destas disposições constitui a destinação final do gênero humano, e Kant concebe tal destinação como uma destinação eticamente fundada. Apoiando-se em tal noção de desenvolvimento das disposições racionais, Kant procura caracterizar a história da humanidade como um processo cujo ponto de chegada seria o estabelecimento de “uma

³ Duas críticas podem ser formuladas ao artigo: (I) a ausência de uma contextualização mínima, a qual enseja a impressão de uma filosofia kantiana da história absolutamente inédita, como se emergisse em um “vácuo histórico”; (II) a inexistência de uma hermenêutica comparada que permita situar as ideias kantianas no horizonte mais amplo da *Aufklärung* alemã. Em face dessas objeções, o autor as reconhece e apresenta as seguintes respostas: (I) invoca a limitação de espaço inerente ao tipo de publicação; (II) enfatiza o escopo e a delimitação temática do artigo; e (III) remete, de modo complementar, a outros trabalhos de sua autoria, nos quais as lacunas apontadas são devidamente contempladas. Nesse sentido, recomenda: Ferreira, G. M. Kant entre Franceses, Ingleses e Alemães: Diretrizes Histórico-Filosóficas da Gênese da Antropologia Kantiana (Partes 1 e 2). *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, <S. l.>, v. 10, n. 1, p. 459-486; v. 10, n. 2, p. 267-298, 2022, respectivamente. Tal artigo, desenvolvido em duas partes, examina as condições histórico-filosóficas no interior das quais se configura a problemática do progresso na filosofia kantiana, respondendo, assim, à primeira crítica formulada. No que concerne à segunda objeção — a adequada inserção de Kant no contexto da *Aufklärung* alemã —, o autor indica ainda: Ferreira, G. M. Progresso e perfeição na filosofia de Kant. *Estudos Kantianos <EK>*, Marília, SP, v. 11, n. 2, p. 31, 2024.

constituição política perfeita interiormente” (*IaG*, AA 08: 27)⁴.

Segundo o que se lê nas duas primeiras proposições de *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* (doravante *Ideia*), Kant considera que a meta do progresso é o desenvolvimento completo das disposições, que, no caso do ser humano, como única criatura racional sobre a terra, são disposições voltadas ao uso da razão. Assim, o processo de desenvolvimento no tempo das disposições inerentes ao gênero humano corresponde a um processo de desenvolvimento da capacidade do ser humano em fazer uso da razão. Kant na *Ideia* apresenta algumas indicações acerca destas disposições na terceira proposição:

Que tenha dotado o ser humano de razão e da liberdade da vontade, que nela se funda, era já um indício claro da sua intenção no tocante ao seu equipamento. Ele não deveria ser dirigido pelo instinto ou ser objeto de cuidado e ensinado mediante conhecimentos adquiridos; deveria, pelo contrário, extrair tudo de si mesmo. A invenção do seu vestuário, da sua proteção, da sua segurança e defesa exterior (para a qual ela não lhe deu nem os cornos do touro, nem as garras do leão, nem os dentes do cão, mas apenas as mãos), de todo o leite que pode tornar a vida agradável, inclusive o seu discernimento e a sua prudência <*seine Einsicht und Klugheit*>, e até a bondade da sua vontade, deviam integralmente ser obra sua. A natureza, aparentemente, comprouve-se aqui em sua máxima parcimônia, mediu com tanta concisão o seu equipamento animal e de modo tão ajustado à máxima necessidade de uma existência incipiente como se quisesse que o ser humano, se alguma vez houvesse de passar da maior rudez à máxima destreza, à perfeição interna do seu pensar e assim (tanto quanto é possível na terra) à felicidade, fosse o único a disso ter o mérito e apenas a si estar agradecido; como se a ela importasse mais a sua auto-estima racional do que qualquer bem-estar (*IaG*, AA 08: 19-20, tradução modificada).

Todavia, Kant não nomeia quais seriam as disposições inerentes ao gênero humano que estariam destinadas ao desenvolvimento completo, tampouco esclarece como seria possível identificarmos o momento em que tais disposições estariam completamente desenvolvidas. Para lançar luz sobre estes questionamentos é necessário recorrer a outras fontes do *corpus* kantiano, onde o filósofo é explícito sobre quantas e quais são estas disposições. Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* de 1798, na seção acerca do caráter da espécie humana, contexto no qual boa parte das teses apresentadas em 1784 é retomada, Kant apresenta de modo explícito quais são as disposições inerentes ao gênero humano voltadas ao uso da razão: a disposição técnica; a disposição pragmática e a disposição moral.

A disposição técnica se refere às habilidades necessárias para a conservação e reprodução dos indivíduos e da espécie. Mais precisamente, ela concerne às características físico-biológicas que possibilitam ao gênero humano utilizar a natureza com vistas à sua autoconservação. De acordo com Kant, ainda que a disposição técnica seja uma disposição mecânica ela não se desvincula da “consciência”, e seu desenvolvimento habilita o gênero humano à “manipulação das coisas”, tornando-o hábil a “conseguir todos os seus fins”, daqui seu vínculo com o desenvolvimento de suas capacidades racionais (cf. *Anth*, AA 07: 322; *Päd*, AA 09: 455).

A disposição pragmática concerne àquelas qualidades que no gênero humano são propriamente sociais, a propensão inerente ao gênero humano para abandonar seu estado de rudeza natural e ingressar em uma ordem civil, adotando um comportamento civilizado, bem como sua habilidade de “utilizar outros seres humanos <*andere Menschen*> segundo suas intenções” (*Anth*, AA 07: 322, tradução modificada). O desenvolvimento da disposição pragmática visa à prudência, em vista da qual o ser humano “se forma como cidadão” e se torna capaz de “tirar partido da sociedade civil para seus fins como conformar-se à sociedade” (*Päd*, AA 09: 455).

⁴ As referências às obras de Kant seguem a paginação original conforme à edição da *Preussische Akademie der Wissenschaften*. Muitos dos trechos citados basearam-se em traduções para o português, quando havia traduções disponíveis. As traduções utilizadas podem ser consultadas na bibliografia. Eventuais traduções e/ou modificações nas traduções utilizadas de nossa autoria serão devidamente indicadas e contam com referência ao original em alemão. As abreviações seguem o padrão estabelecido pela *Kant-Studien*.

Já a disposição moral é referente ao poder que o ser humano tem para “agir em relação a si mesmo e aos demais segundo o princípio da liberdade sob leis” (*Anth*, AA 07: 322). A disposição moral diz respeito, portanto, à capacidade dos seres humanos, considerada subjetivamente, de agir moralmente segundo os mandamentos da razão pura prática, e isso deixa claro que a disposição moral não deve ser confundida com a lei moral propriamente dita. Kant sustenta que a disposição moral é que se desenvolve mais tardiamente, quer no caso da formação dos indivíduos através dos processos de educação (cf. *Päd*, AA 09: 455), quer no caso do desenvolvimento da espécie através do processo histórico (cf. *IaG*, AA 08: 21). Daí por que Kant sustenta na sexta proposição da *Ideia* que, através da arte e da ciência, o ser humano esteja “cultivado em alto grau”, graças às boas maneiras e decoro social esteja civilizado “até o excesso”, o ser humano ainda está muito longe de ser efetivamente sujeito moral, isto é, ter como móveis de destinação de seu arbítrio apenas o respeito à lei moral.⁵ Kant considera que o desenvolvimento da disposição moral do gênero humano é devedor em alguma medida do desenvolvimento das disposições técnica e pragmática, por isso, ainda que a cultura e a civilização não devam ser confundidas com a moralidade, todo aperfeiçoamento no desenvolvimento das disposições técnica e pragmática deve ser considerado como uma espécie de preparação, quer dizer, como condição necessária, porém não suficiente, do desenvolvimento da disposição moral do gênero humano.

Diante deste esclarecimento, temos base textual e conceitual sólida para retornarmos ao argumento do desenvolvimento das disposições e perceber o modo como as disposições técnica, pragmática e moral já estão presentes no texto de 1784, pois quando Kant sustenta que o ser humano inventa para si seu vestuário e que o desenvolvimento de “seu discernimento <Einsicht>” e “sua prudência <Klugheit>” são obras suas tudo isso corresponde ao desenvolvimento da disposição pragmática.⁶ Ora, o desenvolvimento das disposições técnica, pragmática e moral, corresponde àquilo que Kant designa na sétima proposição da *Ideia* como cultivo <Cultivierung>, civilização <Civilisierung> e moralização <Moralisierung> respectivamente (cf. *IaG*, AA 08: 26).

Cumpra destacar que Kant na segunda proposição da *Ideia*, opera uma distinção entre as disposições que o gênero humano partilha com os demais animais e aquelas que são exclusivamente humanas. Nesse contexto, Kant utiliza termos diferentes para designar o processo por meio do qual as disposições que nós partilhamos com os animais se realizam e para designar o desenvolvimento de nossas disposições racionais. O processo de realização das disposições que nós partilhamos com os animais é descrito pelo verbo *auswickeln* e os resultados que delas se seguem são descritos pelo substantivo *Auswicklung*, de modo que o vernáculo empregado por Kant teria melhor tradução em português se vertido por “desdobrar” (ou desenrolar) e “desdobramento”, respectivamente. Já com relação ao processo de realização das disposições exclusivas do gênero humano, Kant emprega o verbo *entwickeln*, e os resultados que delas decorrem são designadas pelo substantivo *Entwicklung*, cuja tradução é normalmente “desenvolver” e “desenvolvimento”, respectivamente.⁷ Esta distinção terminológica empregada por Kant é de suma importância para uma compreensão adequada do significado do desenvolvimento das disposições voltadas para o uso da razão. As disposições que partilhamos com os animais podem ser realizadas pelos indivíduos isoladamente e denotam um processo finito e fechado: cada ser humano considerado individualmente é capaz de desdobrar suas disposições animais, sem que isso careça ser transmitido, pela educação, às gerações seguintes, e estas disposições que partilhamos com os demais animais podem se realizar completamente no indivíduo. No que tange ao desenvolvimento das disposições próprias do ser humano, sua realização só se concretiza de maneira gradual, bem como de uma maneira que transcenda o tempo de vida de cada ser humano, portanto, só pode ser levada a cabo pelo legado que uma

5 cf. *IaG*, AA 08: 26; *KrV* B 776; *Päd*, AA 09: 451.

6 Assim se lê em *Sobre a Pedagogia*: “A formação da prudência <die Bildung zur Klugheit> porém o prepara para tornar-se cidadão <er zum Bürger gebildet>, uma vez que lhe confere valor público. [...] A prudência <Klugheit> é a capacidade de usar bem e com proveito a habilidade própria” (*Päd*, AA 09: 455).

7 Nadai, 2011, p. 241. Aliás, desde ponto em diante Nadai é meu interlocutor principal.

geração transmite às demais, o que denota um processo aberto e infinito.

O argumento de Kant apresentado na *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* estabelece que a história humana tem por finalidade o desenvolver completo <vollständig entwickeln> das disposições técnica, pragmática e moral, e um tal grau de desenvolvimento depende da transmissão de uma geração à outra, durante um longo decurso do tempo, através do aprendizado acumulado pelo gênero humano ao longo de incontáveis gerações. O desenvolvimento das disposições voltadas ao uso da razão “precisa de tentativas, exercício e aprendizagem” para que gradualmente avance de “um estágio do conhecimento para outro” (*IaG*, AA 08: 18-19). A junção destes dois elementos, o exercício das disposições e a transmissão às gerações vindouras por meio da educação, promove um prognóstico histórico, a saber: se a destinação do gênero humano se desenvolve na história ao longo de uma série indeterminada de gerações que educam umas às outras, é possível que o gênero humano represente para si mesmo a possibilidade de “seu destino cumprir-se aqui na Terra”, e tal possibilidade por sua vez é capaz de oferecer uma “vista consoladora do futuro” (*IaG*, AA 08: 30), já que o gênero humano não precisaria projetar a ideia de um outro mundo no qual a sua autorrealização pudesse se efetivar⁸.

2. O percurso histórico da humanidade

Na década de 1780, houve um outro opúsculo de Kant devotado ao tema do progresso humano, a saber, o *Começo conjectural da história humana* de 1786, no qual é reafirmada e retrabalhada a posição da *Ideia universal da história com um propósito cosmopolita* segundo a qual história está fundada no desenvolvimento das disposições próprias do ser humano e supõe a ideia de aprendizado historicamente determinado. No *Começo conjectural da história humana*, Kant propõe remontar ao “primeiro desenvolvimento da liberdade a partir das disposições originárias do ser humano” (*MAM*, AA 08: 109). Neste contexto, em 1786 Kant retoma a distinção estabelecida na nona proposição da *Ideia* entre a história empírica e uma história composta a partir de um fio condutor racional. O fio condutor ali, conforme é sabido desde a primeira proposição da *Ideia* é uma concepção teleológica da natureza, de modo que a história conjectural pretendida por Kant no opúsculo de 1786 não deve ser confundida com uma história empírica que está baseada em documentos e evidências factuais, mas sim em uma história que pretende oferecer uma hipótese plausível capaz de conferir sentido ao percurso (racionalmente orientado) do gênero humano desde a saída de sua condição inicial de rudeza e animalidade até o presente estado de cultura e civilização. Diz Kant:

Certamente é permitido *mesclar* conjecturas no *desdobramento* de uma história com a finalidade de preencher lacunas nas informações, pois o que precede, como causa distante, e o que se segue, como efeito, podem, para tornar concebível a passagem, oferecer uma direção consideravelmente segura na descoberta das causas intermediárias. Contudo, deixar que uma história surja totalmente e apenas a partir de conjecturas não parece ser muito melhor do que o projeto de escrever um romance. Além disso, ele não poderia levar o nome de uma *história conjectural*, mas de uma mera *ficção*. — Entretanto, o que não se permite ousar no desdobramento da história do agir humano, bem pode ser tentado através de conjecturas em relação ao *primeiro início* mesmo, desde que a natureza o produza. Ora, não se permite inventá-lo, mas ele pode ser tirado da experiência se se supõe que ela, no primeiro início, não era melhor nem pior do que como nós a encontramos agora: uma suposição que está de acordo com a analogia da natureza e não traz consigo nenhum risco. Uma história do primeiro desenvolvimento da liberdade a partir de sua disposição originária na natureza do ser humano é, por isso, algo completamente distinto da

⁸ Este ponto abriria o horizonte para um diálogo mais amplo que envolveria debates sobre teleologia, mal radical, problema da compatibilização entre moralidade e progresso histórico. Infelizmente, considerando o escopo da temática aqui apresentada não nos permite aprofundar este tema, ficando reservando seu tratamento em um artigo futuro.

história da liberdade em seu desdobramento, a qual pode fundar-se apenas sobre informações (MAM, AA 08: 109).

De acordo com a passagem acima, é preciso ter claro duas coisas: em primeiro lugar, quando Kant reivindica o uso de conjecturas para considerar a história do gênero humano, ele restringe tal uso somente à necessidade de pensar o “primeiro início” da história humana, por assim dizer – ou dito de outro modo: Kant estabelece que as conjecturas são necessárias para auxiliar a razão a pensar adequadamente a passagem do estado de rudeza e animalidade para o estado civil e não para pensar a história da espécie humana. A história concernente ao desenvolvimento de povos e sociedades individuais é objeto da história empírica e não pode ser objeto de consideração numa história conjectural. Em segundo lugar, vale destacar que uma história conjectural não é um processo de criação imaginativa, é um recurso metodológico que necessita estar calcado em um procedimento analógico de acordo com o qual o ser humano natural e o ser humano civil não são essencialmente diferentes, mas apenas segundo “modalidades”, isto é, as disposições que agora se encontram em um maior grau de desenvolvimento no ser humano civil já poderiam ser encontrada também no ser humano natural, ainda que em gérmen.⁹

Assim, a história conjectural possui uma finalidade de natureza moral: como uma visão moral do mundo, a história humana conjecturada se opõe a outras visões da história do gênero humano, principalmente porque desresponsabilizam o ser humano de sua atual condição. A caracterização da história conjectural humana está inserida no quadro da filosofia da história de Kant cujo horizonte normativo é o estabelecimento e legitimação de uma visão moral do mundo que autorize o gênero humano a depositar suas esperanças no futuro a partir da ideia de que há um progresso contínuo e ininterrupto da espécie humana rumo à sua autorrealização moral.

A plausibilidade da história conjectural se dá devido ao fato de que as conjecturas acerca do primeiro início da história do gênero humano partem de um começo que “não precisa ser inventado, mas pode ser extraído da experiência se se pressupõe que em seu começo ela não era nem melhor nem pior do que a encontramos agora” (MAM, AA 08: 109). Ora, o que não precisa ser inventado e que é atestado pela experiência não é outra coisa senão as disposições originárias exclusivas do gênero humano. As disposições exclusivas do gênero humano são o melhor ponto de partida para uma história conjectural porque, conforme já explicamos, seu desenvolvimento não é hereditário, mas algo cujo cultivo depende de processos de aquisição e transmissão pedagógicas. O desenvolvimento das disposições próprias do gênero humano parte sempre do mesmo ponto, pois cada novo indivíduo que nasce é dotado das mesmas disposições que seus antepassados, que portavam também certas disposições análogas àqueles que os antecederam, e assim por diante, num regresso que remonta até o primeiro casal que *supostamente* teria dado origem a toda humanidade.

Kant é partidário da tese de acordo com a qual as disposições racionais do gênero humano não sofrem variações no decurso do tempo, isto é, as disposições elas mesmas não surgem no tempo, elas apenas se desenvolvem. É nesse sentido que Kant sustenta que o início da história do gênero humano “não era nem melhor nem pior” do que nos deixa ver hoje a experiência. A explicação correta para o fato de o gênero humano se encontrar em um estado de maior cultivo e civilização do que no início de sua história não é um progresso da razão, mas apenas um maior grau de desenvolvimento das disposições naturais voltadas ao uso da razão, ou seja: *não é a razão que se desenvolve no decurso do tempo, mas sim a capacidade humana para fazer uso dela.*

Kant toma a narrativa bíblica do Gênesis como um tipo de “guia” em suas conjecturas acerca do desenvolvimento da história da humanidade. Todavia, contrariamente a muitos de seus contemporâneos, Kant não considera que aquilo que se encontra registrado no texto bíblico possa ser tomado como um documento histórico, e que é a razão a responsável por construir, por assim dizer, o terreno da conjectura histórica representado literariamente pelo

⁹ Klein, 2019, p. 15.

texto bíblico. Sob tal aspecto, o mito de Adão e Eva narrado no Gênesis é tomado por Kant como o *primum initium* da história do gênero humano, é o estado inicial de completa rudeza onde as disposições racionais inerentes aos seres humanos ainda não haviam começado a se desenvolver. Também é preciso destacar o fato de que a conjectura kantiana acerca deste estado inicial sustenta que os seres humanos, no início de sua história, tinham desdobradas apenas as disposições naturais que compartilha com os demais animais. Kant propõe que conjecturemos se tratar de um casal (para que possa haver reprodução), que este casal se encontra situado em um lugar seguro, onde possa estar a salvo do ataque de predadores e onde esteja provido de alimentos (para que, mesmo sem o desenvolvimento de sua disposição técnica, o casal tenha condições de subsistência), e, por fim, tem de ser tão só *um* casal (para que na ausência da disposição pragmática e na ausência do Estado civil não surja a guerra).¹⁰

A história humana teria seu início propriamente dito quando as disposições originárias exclusivas do gênero humano começam a ser desenvolvidas. O momento em que “a razão se faz notar” é identificado com as primeiras tentativas do gênero humano de transitar da qualidade de “animal dotado da faculdade de razão” para se tornar “animal racional”, para ficarmos com os termos de Kant na *Antropologia do ponto de vista pragmático*. Este trânsito teria compreendido, segundo Kant, quatro passos fundamentais que explicam o caminho traçado pelo gênero humano desde “o abandono do seio materno da natureza” até o atual estado de cultura e civilização. Kant anuncia os quatro passos nos seguintes termos:

(I) A ocasião para renegar o impulso natural pode ter sido apenas uma trivialidade; porém, o sucesso da primeira tentativa, a saber, tornar-se consciente de sua razão enquanto uma capacidade de estender-se para além dos limites aos quais todos os animais estão confinados, foi muito importante e decisivo para o seu modo de vida. Que tenha sido, pois, um fruto cujo aspecto, por meio de sua semelhança com outros frutos agradáveis já experimentados, convidou para a tentativa; que para isso tenha servido de exemplo um animal cuja natureza se adequasse a esse desfrute, ainda que este fosse prejudicial ao ser humano e, conseqüentemente, um instinto natural a ele se opusesse: isso pôde dar à razão a primeira ocasião para zombar da voz da natureza e, a despeito do protesto da última, fazer a primeira tentativa de uma escolha livre, a qual, por ser a primeira, provavelmente não se deu conforme à expectativa (MAM, AA 08: 112).

(II) O ser humano descobriu em seguida que o estímulo sexual, que nos animais se baseia em um impulso passageiro e em grande parte periódico, nele é capaz de ser prolongado e até mesmo aumentado por meio da imaginação, a qual de fato exerce sua função com mais moderação, mas ao mesmo tempo o impulsiona de modo tanto mais duradouro e uniforme quanto mais o objeto é afastado dos sentidos. Assim ele descobriu também que através disso se pode evitar o fastio a que conduz a satisfação de um desejo meramente animal. A folha de figo foi, portanto, o produto de uma manifestação da razão muito maior do que ela mostrara nos primeiros estágios do seu desenvolvimento (MAM, AA 08: 113).

(III) O terceiro passo da razão, depois que ela se misturou às primeiras necessidades básicas imediatas, foi a espera refletida do futuro. Esta capacidade de gozar não meramente os momentos presentes da vida, mas também de tornar presente o tempo futuro, frequentemente muito afastado, é o mais decisivo sinal da prerrogativa humana de, em conformidade com sua destinação, preparar-se para fins mais distantes (MAM, AA 08: 114).

(IV) O quarto e último passo dado pela razão, elevando o ser humano completamente acima da sociedade com os animais, foi ter concebido (ainda que apenas obscuramente) que ele é verdadeiramente o *fim da natureza* e que nada que vive sobre a Terra pode competir com ele nesse aspecto (MAM, AA 08: 115).

O primeiro passo diz respeito ao momento no qual o ser humano se apercebe que sua alimentação não está limitada àquilo que seu instinto lhe prescreve. O ser humano se dá conta (por intermédio da razão) de que ele não está limitado àquilo que a natureza lhe impõe e que é capaz de se elevar muito além destes limites. Ao se aperceber de que por meio de sua imaginação

¹⁰ Cf. MAM, AA 08: 110

é capaz de prolongar o estímulo sexual afastando dos sentidos o objeto de desejo, a humanidade toma consciência de que a razão é capaz de se sobrepor aos instintos e impulsos.¹¹ O segundo passo, portanto, diz respeito ao momento em que a humanidade se dá conta de que é capaz de escolher não somente objetos diversos da inclinação (conforme o passo anterior), mas também que é capaz de estabelecer uma hierarquia entre os diversos objetos de inclinação. O gênero humano, portanto, é capaz de atribuir *valor* aos objetos do mundo. Os dois primeiros passos se mostram como frutos do desenvolvimento da *disposição técnica*.

O terceiro passo dá conta, por sua vez, do início do desenvolvimento da *disposição pragmática* e marca, em alguma medida, o início do Estado civil já que o terceiro passo diz respeito ao momento no qual a humanidade se apercebe de que sua sobrevivência depende de seu próprio esforço, a humanidade desenvolve a capacidade racional não somente de projetar no futuro um estado melhor, mas também de, no limite de suas forças, criar as condições de concretização desta projeção futura, a constituição de um Estado civil. No terceiro passo, se inicia propriamente a propensão do gênero humano para as qualidades típicas da vida civil como a inclinação para as boas maneiras e a polidez, bem como o estabelecimento de vínculos sociais.¹²

O quarto passo concerne ao momento no qual a humanidade se apercebe de que pode usar todas as outras criaturas da natureza como meio para a consecução de seus próprios fins. Todavia, com a apercepção de que pode usar toda a natureza para a consecução de seus fins, o ser humano também se apercebe que “não deve dirigir-se de tal modo a nenhum *ser humano*, mas tem de considerá-lo como participante igual nas dádivas da natureza”. Daí argumentar Kant:

[...] assim o *ser humano* pôs-se em pé de *igualdade* com *todos os seres racionais*, qualquer que seja a sua posição (III, 22): isto é, em relação à pretensão de *ser seu próprio fim*, de ser aceito como tal por todos os outros e de não ser usado por ninguém como simples meio para outros fins. Aqui, e não na razão considerada meramente como instrumento para a satisfação das várias necessidades, encontra-se o fundamento da tão ilimitada igualdade do próprio *ser humano* com os seres superiores, os quais podem, para além de toda comparação possível, ultrapassá-lo em relação aos dotes naturais, mas nem por isso têm o direito de dele dispor a seu bel-prazer (MAM, AA 08: 115).

Pretender ser seu próprio fim e não usar a outrem nem a si mesmo como meio é o que constitui o núcleo duro da ideia de dignidade humana, peça-chave na ética e na antropologia kantiana.

Os quatro passos enumerados por Kant no *Começo conjectural da história humana*, especialmente o quarto passo, podem ser entendidos como o processo por meio do qual o gênero humano vai paulatinamente tomando consciência da dimensão moral (enquanto disposição) inscrita em sua racionalidade e que se expressa na ideia da dignidade inerente a cada ser humano. A destinação moral do gênero humano se faz notar já nos primeiros desenvolvimentos das disposições voltadas ao uso da razão. Ao longo deste processo de desenvolvimento, o gênero

¹¹ “O ser humano descobriu em seguida que o estímulo sexual, que nos animais se baseia em um impulso passageiro e em grande parte periódico, nele é capaz de ser prolongado e até mesmo aumentado por meio da imaginação, a qual de fato exerce sua função com mais moderação, mas ao mesmo tempo o impulsiona de modo tanto mais duradouro e uniforme quanto mais o objeto é *afastado dos sentidos*. Assim ele descobriu também que através disso se pode evitar o fastio a que conduz a satisfação de um desejo meramente animal” (MAM, AA 08: 112).

¹² Lê-se: “O recato, uma inclinação para, por meio das boas maneiras (ocultando aquilo que poderia causar desprezo), insuflar nos outros o respeito para conosco, ofereceu, enquanto verdadeira base de toda sociabilidade, o primeiro indício da formação do *ser humano* como uma criatura moral. — Um pequeno começo que, no entanto, fez época, pois deu uma direção totalmente nova ao modo de pensar e é mais importante do que toda a série indeterminada dos desenvolvimentos posteriores da cultura” (MAM, AA 08: 113-114). De modo muito semelhante encontramos a seguinte passagem na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*: “A disposição pragmática da civilização por meio da cultura, principalmente das qualidades do relacionamento, e a propensão natural de sua espécie a sair, nas relações sociais, da rudeza do mero poder individual e tornar-se um ser polido (ainda que não moral), destinado à concórdia, já é um nível superior” (Anth, AA 07: 323).

humano abandona seu estado inicial de rudeza e ausência de desenvolvimento cultural e ingressa no Estado civil. Com isso, o gênero humano ingressa também no estágio “do trabalho e da discórdia, enquanto prelúdio da união em sociedade” (MAM, AA 08: 118). Com o surgimento da cultura e da arte também teria surgido

[a] instituição de alguma constituição civil e justiça pública, primeiro decerto em relação apenas aos maiores atos de violência, cuja vingança não mais era deixada aos indivíduos, como no estado selvagem, mas a um poder legal que unifica o todo, isto é, a uma forma de governo contra a qual nenhum exercício da violência tinha lugar (MAM, AA 08: 120).

A conclusão da conjectura de Kant acerca dos primórdios da história do gênero humano é bastante semelhante àquela da história do porvir da humanidade desenvolvida na *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*, já que o texto de 1786 insiste na ideia de que os primeiros usos da razão efetuados pelo gênero humano tenham sido malsucedidos, daí por que a concepção de história do *Começo conjectural da história humana* resulta numa apresentação de uma história “proveitosa e útil para a instrução e melhoramento do gênero humano” (MAM, AA 08: 123).

Na visão kantiana, ao adotar o ponto de vista segundo o qual a história do gênero humano revela “o curso das coisas humanas em seu todo, o qual não se inicia no bem e avança para o mal, mas se desenvolve gradualmente do pior para o melhor” e que, para tal progresso, cada indivíduo “contribui cada um com sua parte, na medida de sua força, por meio do chamado da natureza” (MAM, AA 08: 123), assim, seríamos levados à compreensão de que a destinação do gênero humano (como espécie) consistiria no progredir para a perfeição (enquanto ideal), processo no qual o aperfeiçoamento dos indivíduos na medida de suas forças também contribui para a viabilizar o ideal da perfeição e, portanto, o próprio progresso da espécie.

3. A tensão entre progresso do indivíduo e progresso da espécie

Se o progresso é o produto do esforço do gênero humano para promover o desenvolvimento das disposições racionais, precisa-se ainda estabelecer o modo pelo qual o progresso pode ser levado a cabo; em outros termos, é preciso estabelecer as forças e instituições responsáveis pela promoção do progresso do gênero humano. Sendo o progresso, portanto, fruto de uma atuação intencional do gênero humano, é possível – e mesmo necessário – que para ser levado adiante dependa de um plano racionalmente orientado para sua consecução. É nesta linha que Kant argumenta:

Pode-se também avançar na cultura cegamente e sem plano, e a natureza também a isso não nos deixou escolha. Porém, ao nos aproximarmos de um fim, é forçoso desenvolver um plano: constituir um ponto de contato entre a educação, o governo, a religião, a bem-aventurança e a moral (HN, AA 15: 896, tradução de minha autoria).¹³

A passagem acima consta das anotações privadas de Kant acerca da antropologia e data da década de 1780, e a atmosfera filosófica na qual o texto supracitado é aquela do embate filosófico travado com Herder. Herder, que fora aluno de Kant entre os anos de 1762 e 1764, tornou-se um crítico voraz da filosofia de seu antigo mestre, conforme lemos na passagem da obra de Herder, *Ideias para uma filosofia da história da humanidade*, cuja primeira parte fora publicada em 1784:

Existe, portanto, uma educação do gênero humano, pois cada ser humano se torna

¹³ No original lê-se: „Man kan auch blind und ohne Plan in der Cultur fortgehen, und die Natur hat dieses auch nicht unserer Wahl überlassen. Sind wir aber damit beynahe zu Ende, so muß ein Plan gemacht werden: der Erziehung, der Regierung, der Religion, darin Glückseligkeit und Moral den Beziehungspunct ausmachen“.

um ser humano apenas por meio da educação, e todo o gênero não vive senão nessa série de indivíduos. No entanto, se alguém diz que não é o ser humano singular, mas o gênero que é educado, então fala para mim algo incompreensível, pois gênero e espécie são apenas conceitos gerais que existem nos seres singulares (Herder, 1985, p. 226 *apud* Klein, 2016, p. 145).

O que não ficou sem a devida réplica de Kant:

Certamente, quem diz que nenhum cavalo individual possui chifres, mas que a espécie equina o possui, esse diria simplesmente uma absurdidade. Pois espécie não significa nada além de uma característica segundo a qual todos os indivíduos precisam concordar exatamente uns com os outros. Mas se a espécie humana significa um *todo* de uma série contínua e infinita (indeterminável) de gerações (tal como é o sentido mais comum), e assumindo-se que essa série se aproxima incessantemente da linha de sua destinação, a qual corre ao seu lado, então se pode dizer que não há nenhuma contradição (*RezHerder*, AA 08: 65).

Ora, o que se argumenta é isto: haveria uma contradição tão somente se fosse afirmado que somente a espécie pode progredir e não os indivíduos, mas a tese de Kant na *Ideia* não inviabiliza o progresso dos indivíduos, apenas sustenta que o desenvolvimento completo, portanto, a sua perfeição, é algo que somente pode ser esperado da espécie, não dos indivíduos. Atendo-se ao texto kantiano *in stricto sensu litterae*, sua posição é a de que mesmo que os indivíduos singulares não possam alcançar a perfeição das disposições voltadas ao uso da razão, mas somente a espécie, o progresso da espécie é devedor do progresso dos indivíduos.¹⁴ Se o progresso fosse uma característica restrita somente à espécie, não seria possível escapar à objeção de Herder, e Kant estava plenamente consciente disto.

A questão acerca do que progride na humanidade, o gênero ou o indivíduo, encontrava-se em voga naquele contexto de discussão. Cabe considerar aqui a obra de Adam Ferguson, *Um ensaio sobre a história da sociedade civil* (doravante *Ensaio*), publicada em 1767 e que foi rapidamente traduzida para o alemão no ano seguinte por Christian Friedrich Jünger com o título de *Versuch über die Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft* e que gerou grande impacto nas discussões sobre progresso nos meios intelectuais alemães¹⁵.

Logo nas primeiras linhas de seu ensaio Ferguson argumenta:

Produtos naturais são geralmente formados por graus. Vegetais crescem a partir de uma tenra semente, e os animais a partir de um estado infantil. Os últimos, sendo ativos, expandem juntos suas operações e seus poderes, e obtêm uma progressão naquilo que executam, bem como nas faculdades que eles adquirem. Este progresso, no caso do ser humano, é levado adiante até a maior expansão, mais do que qualquer outro animal. Não apenas o indivíduo avança da infância para a idade adulta, mas a espécie ela mesma da rudeza à civilização (Ferguson, 1995, p. 7, tradução de minha autoria).

Ferguson pretende no *Ensaio* estabelecer diretrizes científicas para a compreensão do progresso dos indivíduos e da sociedade como oriundos de um processo no qual o gênero humano desenvolve a habilidade no uso de sua própria razão.¹⁶ Ferguson reivindica que o gênero humano é capaz de se aperfeiçoar e que este aperfeiçoamento diz respeito ao aperfeiçoamento do uso da razão, de modo que por causa disso propõe uma *explicação antropológica* da história na qual o núcleo duro reside na ideia de acordo com a qual há no gênero humano um “desejo

¹⁴ Concordo aqui com a posição de Klein, 2016, p. 147-62. A análise subsequente é devedora da hipótese levantada por ele, de modo que aqui ele é nosso interlocutor privilegiado a partir de suas hipóteses interpretativas desenvolvidas nas páginas mencionadas.

¹⁵ Waszek 2006, p. 56. Há boas indicações da relação entre a filosofia de língua inglesa e a filosofia produzida na Alemanha, não apenas no século XVIII, mas também os ecos da filosofia escocesa em autores do século XIX como Hegel e Marx.

¹⁶ “The latest efforts of human invention are but a continuation of certain devices which were practiced in the earliest ages of the world, and in the rudest state of mankind. What the savage projects, or observes, in the forest, are the steps which led nations, more advanced, from the architecture of the cottage to that of the palace, and conducted the human mind from the perception of sense, to the general conclusions of science” (Ferguson, 1995, p. 14).

de perfeição” que impele a humanidade a empregar e aperfeiçoar as capacidades e poderes que lhes foi dada pela natureza (cf. Ferguson, 1995, p. 16). Um ponto importante que merece ser salientado aqui é que Ferguson também exige que se estabeleça uma história científica do progresso do ser humano, argumentando contra as tentativas de história conjectural que versavam sobre o estado de natureza (Rousseau e Hobbes) e que eram dominantes à época.

A partir da constatação de que o gênero humano foi dotado da faculdade da razão, Ferguson sustenta que a humanidade se apercebe da impossibilidade de basear sua existência apenas no instinto e, daí em diante, o êxito do gênero humano passa a ter como causa os atos dos indivíduos e o uso da razão desencadeando um processo, longo e gradual, no qual a humanidade vai pouco a pouco através de si mesma desenvolvendo suas capacidades para a consecução de seu fim, qual seja, o ingresso na sociedade civil. Sob este prisma, a questão de como os indivíduos podem auxiliar no progresso da espécie também se encontra no horizonte das preocupações de Ferguson. O autor escocês estrutura sua filosofia da história segundo o pressuposto de que o desenvolvimento das capacidades humanas é transmitido de uma geração para outra e as novas gerações constroem novos conhecimentos a partir do legado que lhes foi transmitido pelas gerações anteriores, de modo que essa adição de conhecimentos representa um *progresso* de uma geração à outra. Ora, justo isto implica a necessidade de um progresso dos indivíduos, portanto, a espécie somente pode alcançar seu “desenvolvimento completo” (para falar nos termos de Kant) a partir do progresso dos indivíduos.

Todavia, os indivíduos não vivem isolados e suas predisposições naturais só se desenvolvem de modo apropriado a partir do ingresso dos indivíduos na sociedade civil, o que fatidicamente causa conflitos. O conflito, na visão de Ferguson, se mostra como um princípio ativo responsável por motivar os indivíduos a desenvolverem suas predisposições — portanto, progredir — e com isso concretizar as habilidades da razão. A natureza pode ser a causa de muitos males para os seres humanos, outrossim, é de extrema utilidade no processo de concreção do desenvolvimento das predisposições naturais e, conseqüentemente, do desenvolvimento da moral, da cultura e da sociedade civilizada. O conflito é um componente essencial do progresso, é algo que assegura o desenvolvimento social e força os homens à mútua cooperação. Os indivíduos somente podem cultivar a si mesmos quando cumprem seus deveres como bons cidadãos, de modo que a ordem civil se torna uma parte vital do progresso humano, pois somente na ordem civil e por meio dela é que se pode assegurar a liberdade e a igualdade de todos através do respeito pela lei civil (constituição).

Tópicos relacionados à sociedade civil, à natureza da política eram temáticas chave no horizonte da reflexão filosófica do século XVII, de modo que debates concernentes a temas como o progresso das sociedades/cultura, os tipos de governo, as relações entre os Estados nacionais e descrições de possíveis desenvolvimentos da história do gênero humano estavam em voga àquela altura, e os filósofos liam-se uns aos outros, o que ocasionou um debate frutífero por toda a Europa. Durante o século XVIII, em universidades alemãs, foram ministrados cursos sobre autores escoceses, com enfoque especial em Adam Smith. Dadas as conexões britânicas com as cidades de Hanover e Göttingen, e as relações comerciais-portuárias com Königsberg, não é surpreendente a difusão que as ideias filosóficas produzidas no mundo de língua inglesa tenham tido na Alemanha.

A filosofia da história de Kant parece estar imbuída dos argumentos de Ferguson (especialmente na *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* onde esta influência é mais evidente¹⁷) especialmente com sua ideia de que no gênero humano como espécie racional e livre se encontram as condições para seu aperfeiçoamento, conforme se pode constatar a partir da leitura da segunda e terceira proposição da *Ideia*. Kant não adere às teses de Ferguson *in toto*, pois certamente escapa ao horizonte das investigações filosóficas de Ferguson uma noção de teleologia como mediação racional para pensar a história humana. O recurso de Kant a

17 Cf. IaG AA: 08 p. 18-24.

uma “doutrina teleológica da natureza” marca a adesão, por assim dizer, de Kant à tradição da filosofia especulativa alemã, mas as teses de Ferguson iluminam a compreensão de Kant, pois, ao compreender a história humana a partir daquilo que deveríamos aspirar, Kant pensa poder oferecer um princípio racional capaz de determinar um objetivo final para o gênero humano.

4. A noção kantiana de esclarecimento

Com base nesta tensão entre progresso do indivíduo e progresso da espécie, busco sustentar que a filosofia da história de Kant exige uma relação mútua entre o progresso do indivíduo e o progresso da espécie no que concerne à autorrealização moral da humanidade, quero dizer: se do ponto de vista da realização completa das disposições racionais a perfeição somente pode ser esperada a partir da história do gênero, isso não implica que os indivíduos não tenham um papel fundamental para o desenvolvimento destas disposições.

Para evidenciar esta posição, o opúsculo *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?* de 1784 fornece um bom material de apoio. No parágrafo de abertura do opúsculo, lemos uma das famosas passagens da obra:

Esclarecimento é a saída do ser humano da menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de um outro. O ser humano é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tende coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (WA, AA 08: 35).

Uma compressão mais profunda deste texto, que escape a chavões e lugares comuns, exige que se perceba que o conceito de esclarecimento é usado em pelo menos dois sentidos, de modo que todo o texto se encontra estruturado na tentativa de Kant de mostrar que, embora existam dois contextos distintos, há uma relação entre eles. Num primeiro plano, temos uma perspectiva concernente aos indivíduos e, num segundo plano, temos referência a uma característica de uma época histórica que se conecta a um determinado contexto político. Kant procura compreender o significado do esclarecimento tanto no plano individual quanto o significado do esclarecimento nas concepções políticas e sociais de seu tempo. Os dois contextos não ficam isolados, e o ponto de contato entre eles parece ser o conceito kantiano de uso público da razão, que funda o âmbito responsável pela transição do plano individual para o plano coletivo. Uma das grandes dificuldades envolvidas na interpretação do opúsculo sobre o esclarecimento é o próprio andamento do texto, pois ao final da leitura da passagem supracitada o esclarecimento é identificado com o fazer uso do próprio entendimento, o que já suscita ao menos duas indagações: o que significa fazer uso do próprio entendimento? E, ao fazer uso do entendimento, este é um uso de que tipo, exclusivamente teórico ou também prático? É de pouca ou nenhuma ajuda recorrer ao chavão de que esclarecimento é pensar por si mesmo, ou que esclarecimento é estar livre das amarras da religião e do Estado, pois nos dois casos (para citar apenas alguns) estamos às voltas com frases vazias que nada nos dizem acerca do fenômeno que Kant está se propondo a examinar neste opúsculo. Ainda que no terceiro parágrafo encontremos algum lampejo do que Kant quer dizer com esclarecimento, quando lemos a seguinte declaração:

Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade. Quem deles se livrasse só seria capaz de dar um salto inseguro mesmo sobre o mais estreito fosso, porque não está habituado a este movimento livre (WA, AA 08: 36).

Ainda assim, essa passagem, ao invés de tornar explícito o que significa fazer uso do próprio entendimento, portanto, acerca do que é esclarecimento, acaba por despertar mais

dúvidas: quais são estes preceitos e fórmulas que servem como os grilhões da eterna menoridade? Kant estaria aqui defendendo que se abandonasse toda e qualquer regra para o pensar?

Para dirimir tais dificuldades é que devemos ler o texto kantiano não de maneira isolada, mas buscando compreender o lugar que este opúsculo ocupa no todo da filosofia de Kant. Sob tal aspecto, em primeiro lugar, é fundamental que se compreenda que quando Kant reivindica que o espírito do esclarecimento é o de “fazer uso do próprio entendimento”, e que preceitos e fórmulas são grilhões da menoridade, ele não está querendo dizer que devemos pensar sem regras, mas ao contrário: fazer uso do próprio entendimento (ou da própria razão) significa primordialmente pensar segundo regras *estritamente* racionais, isto é, regras que a razão fornece a si mesma. Ao compararmos as passagens supracitadas nos deparamos com o seguinte cenário: ou há uma contradição flagrante por parte de Kant ao afirmar que fórmulas e preceitos são grilhões da eterna menoridade, ao mesmo tempo em que sustenta que nossa razão deve funcionar segundo regras e princípios, ou aquilo que Kant entende por regras e princípios é completamente distinto das fórmulas e preceitos que mantêm o ser humano na eterna menoridade. Para compreendermos mais precisamente a discussão de Kant é conveniente voltarmos ao texto de Kant, onde se lê:

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um método que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis (WA, AA 08: 35).

Depreendemos da passagem acima que o combate de Kant é à submissão à autoridade de outrem, pois as fórmulas e preceitos representam uma autoridade extrarracional que pretende comandar nosso pensamento e macular nossa autonomia e corromper nossa dignidade enquanto agentes racionais. Portanto, tornar-se esclarecido não significa: (I) pensar de maneira desregrada; (II) a recusa da opinião de outrem, pois isso seria cair no egoísmo lógico;¹⁸ (III) abrir mão da coerência e da concordância com o pensamento de outrem. Sob tal aspecto, ao postular a covardia e a preguiça como causas de permanência do ser humano em seu estado de menoridade, Kant trata de estabelecer a condição através da qual se pode estabelecer o esclarecimento, e esta é “o uso público” da razão. Público aqui quer dizer tão somente uma discussão que pode ser publicamente conduzida e legitimada; é a esfera dialógica na qual todos podem “fazer uso da palavra”, por assim dizer. Com isso Kant está colocando o debate acerca dos limites e do significado do esclarecimento em bases completamente novas, na medida em que ao propor que a condição fundamental para o estabelecimento do esclarecimento é uma racionalidade de caráter público, Kant contesta incisivamente os modelos que pensam o esclarecimento como uma introspeção que permitiria ao indivíduo, privadamente, ter uma “intuição” de conceitos.

A resposta kantiana para o esclarecimento se distingue de todas as outras devido ao

18 Diz Kant: “O egoísmo pode conter três espécies de presunção: a do entendimento, a do gosto e a do interesse prático, isto é, pode ser lógico, estético ou prático. O egoísta lógico tem por desnecessário examinar seu juízo também pelo entendimento de outros, como se não necessitasse de forma alguma dessa pedra de toque < *Criterion veritatis externum* >. É porém, é tão seguro que não podemos prescindir desse meio de nos assegurar da verdade de nosso juízo, que talvez seja esta a razão mais importante por que a classe erudita clame com tanta insistência pela liberdade de expressão, porque, se esta é recusada, nos é simultaneamente subtraído um grande meio de examinar a retidão de nossos próprios juízos, e seremos abandonados ao erro. Que não se diga que ao menos a matemática é privilegiada por decidir por conta própria, pois ela mesma não teria se livrado do receio de cair em erro em algum ponto, se não tivesse havido antes a percepção da total concordância entre os juízos do matemático e os juízos de todos os outros que se dedicaram a essa disciplina com talento e aplicação. Também há muitos casos em que nem mesmo confiamos unicamente no juízo de nossos próprios sentidos, por exemplo, se o som dos sinos badalando ocorre meramente em nossos ouvidos ou estamos ouvindo realmente o repicar deles, mas achamos necessário perguntar ainda a outros se também assim não lhes parece. E ainda que ao filosofar não possamos exatamente recorrer a outros juízos para a confirmação do nosso, tal como os juristas recorrem aos juízos dos especialistas em direito, ainda assim todo escritor que não encontrasse adeptos cairia em suspeita de erro por sua opinião declarada publicamente, a qual, todavia, é importante” (Anth, AA 07: 128-129).

fato de Kant reivindicar para o esclarecimento um caráter processual, pois o esclarecimento na visão kantiana é um *momento da história presente* que ao mesmo tempo se contrapõe a um passado de menoridade, o esclarecimento é o momento no qual o ser humano *a partir de si mesmo* estabelece como meta *para si mesmo* um futuro autônomo. O esclarecimento diz respeito à saída da menoridade, portanto, a um momento de passagem no qual o gênero humano se vê forçado a se posicionar em relação ao seu passado e estabelecer as condições de seu futuro.¹⁹ Desta maneira, não há outra referência a não ser o próprio gênero humano e suas capacidades, pois é sobre o gênero humano que recai a responsabilidade por seu estado de menoridade e estagnação, de modo que é também no gênero humano onde se pode encontrar as condições de superação deste estado de menoridade.

A menoridade é incapacidade de fazer uso do próprio entendimento sem a tutela de outrem cujas causas, segundo Kant, se encontram na preguiça e covardia que conduzem o ser humano à condição de ser tutelado. Aparecem aqui dois componentes fundamentais do projeto kantiano do esclarecimento: o aspecto político e o aspecto antropológico do esclarecimento. Segundo o aspecto antropológico, Kant esforça-se para apresentar as insuficiências do ser humano que levam ao estado de menoridade: indecisão, comodidade, fraqueza da disposição moral etc., todas elas conduzem de um modo ou de outro à preguiça e à covardia mencionadas pelo filósofo como as causas do estado de menoridade. Se o gênero humano se encontra tutelado é por sua própria vontade, pois uma tal dominação somente existe pela sua inépcia em lutar contra esta dominação munido das armas que lhes são fornecidas pela razão e, com isso, livrar-se da tutela e tornar-se enfim esclarecido e emancipado. Nessa atmosfera é escrita a seguinte passagem:

A razão numa criatura é uma faculdade de ampliar as regras e intenções do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece limites para os seus projetos <*keine Grenzen ihrer Entwürfe*>. Não atua, porém, de modo instintivo, mas precisa de tentativas, de exercício e de aprendizagem, para avançar de forma gradual de um estágio do conhecimento para outro (*IaG*, AA 08: 18-19, tradução modificada).

O bom uso da razão, a razão esclarecida, é a fonte a partir da qual emerge a coragem enquanto uma virtude do gênero humano, fonte do impulso para a saída da menoridade. O gênero humano através da razão educada (esclarecida) extrai de si mesmo as condições para superar o estado de menoridade e tutela no qual se encontra. Assim nos encontramos dentro do seguinte cenário projetado por Kant: a educação da razão é a causa das conquistas do gênero humano (a instauração de uma ordem civil juridicamente concebida, por exemplo); a cada conquista do gênero humano a razão reforça a ousadia do saber e isso impulsiona a razão a querer e ousar mais e mais, de tal forma que o ser humano, no exercício de sua razão, vai se tornando livre de sua condição num primeiro momento de servo da natureza e depois de servo de preconceitos; em suma, através do exercício de sua razão através das tentativas e fracassos o gênero humano avança de um estágio de conhecimento para outro, *aperfeiçoando-se paulatinamente* e galgando degraus na concreção de sua liberdade à medida que o gênero humano vai se descobrindo como fonte dos princípios que determinam o seu agir. Nesse sentido, o que se nota é que para Kant a liberdade humana é passível de aperfeiçoamento, a liberdade não é algo que se efetiva num único ato, nem uma dádiva de Deus, a liberdade humana é parte de um processo do qual ela mesma é fundamento.

Se por um lado Kant se esforça em identificar as causas inerentes à natureza do gênero humano que ocasionam o estado de menoridade, por outro, ele também busca perscrutar nesta mesma natureza humana as condições de superação desta condição de menoridade. Renunciar a tutela de outrem implica em servir-se do próprio entendimento, o que equivale a reconhecer que o entendimento não conhece outro guia a não ser a faculdade dos princípios, isto é, a

19 Menezes, 2000, p. 144

razão.²⁰ O ser humano é um ser cuja característica fundamental, conforme já apresentamos, é a razão, por isso compete ao próprio ser humano ser seu próprio tutor. Em consonância com a ideia de acordo com a qual o esclarecimento diz respeito a pensar segundo as regras que a razão impõe, podemos perceber claramente que Kant não está interessado no conteúdo dos livros, dos mandamentos morais, dos conselhos do clérigo, ou mesmo em qual dieta deveria ser seguida; ele está preocupado em compreender como os indivíduos assumem para si tais discursos e conteúdos enquanto crenças, de modo que não está em questão para Kant a modificação pura e simples das crenças, pois poder-se-ia substituir determinadas crenças e preconceitos por outros quaisquer. Pelo contrário, o esclarecimento diz respeito não a ter tais e tais crenças, mas à atitude que os indivíduos têm diante delas, quer dizer, a preocupação de Kant é com o esforço que é feito na avaliação e legitimação de tais crenças.

O pensamento esclarecido não admite a assunção de preceitos e fórmulas irrefletidas, é preciso sempre que eles sejam submetidos ao escrutínio da razão, que é a única instância capaz de apresentar as bases e os princípios de sustentação legítimos para uma determinada posição. Neste contexto, desponta a seguinte questão: quem oferece à razão os princípios e regras para a justificação de uma posição qualquer? Esta questão tem uma resposta dupla: em primeiro lugar, do ponto de vista formal, a *Lógica* geral é a ciência responsável deve “proceder o pensar”; a *Lógica* é a responsável por apresentar o caminho seguro que deve ser percorrido pela razão para um uso concordante consigo mesma. Já no ponto de vista matéria, a disciplina que é responsável por justificar determinados discursos é a filosofia, que “é a ciência da remissão de todo conhecimento aos fins essenciais da razão humana <teleologia rationis humanae>, e o filósofo não é um artista da razão, mas o legislador da razão humana” (KrV B 867).

A filosofia deve investigar e estabelecer as regras e princípios segundo os quais estabelecer-se-ia do ponto de vista material as regras corretas para o reto pensar, e isto somente pode acontecer quando há um exercício do uso público da razão. Nesta direção, Kant argumenta:

Entendo [...] sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer ser humano, enquanto erudito <als Gelehrter>, faz dela diante do grande público letrado (WA, AA 08: 37).

O uso público da razão supõe a existência de um âmbito no qual existe um certo grau de isonomia entre os membros, a esfera pública onde se dá o diálogo entre estes membros é regulamentada por regras estritamente racionais, e isso é claramente depreendido do fato de Kant reivindicar que pode fazer uso público da razão indivíduos com um mínimo de entendimento no assunto em questão. A exigência de Kant de que os indivíduos no uso público de sua razão se portem *als Gelehrter* não tem a intenção de estabelecer uma casta especial na sociedade, apenas quer estabelecer um padrão mínimo que regule a discussão pública com vistas a evitar que a discussão descambe para uma mera exposição de opiniões infundadas, desconexas e sem coerência alguma, bem como o contágio da discussão com figuras transloucadas que não entendem acerca de um determinado tema e ainda sim querem fazer parte da discussão. O uso público da razão deve levar em consideração não somente a exigência de princípios racionais que permeiem o debate, mas também os conhecimentos historicamente acumulados por aquela comunidade e as recém-descobertas.

De tal modo que se o esclarecimento é num primeiro momento produto de um ato de coragem individual no qual o indivíduo *decide* usar seu próprio entendimento, num segundo momento o esclarecimento também denota um processo do qual todo o gênero humano é parte interessada, de modo que o esclarecimento também assume um aspecto político, pois Kant estabelece a esfera pública como o espaço de atuação do *gênero humano em sua coletividade*

²⁰ “Pensar por si mesmo significa procurar em si mesmo a suprema pedra de toque da verdade (isto é, em sua própria razão); e a máxima que manda pensar sempre por si mesmo é o esclarecimento. [...] Servir-se de sua própria razão não quer dizer outra coisa senão, em tudo aquilo que devemos admitir, perguntar a nós mesmos: achamos possível estabelecer como princípio universal do uso da razão aquele pelo qual admitimos alguma coisa ou também a regra que se segue daquilo que admitimos?” (WDO, AA 08: 146. Nota)

para a concreção do esclarecimento e, portanto, do alcance da maioridade. O sentido de público adquire em Kant contornos dinâmicos no qual a esfera normativa (as instituições políticas e educacionais, por exemplo) se constroem como o antídoto das superstições, dos falsos julgamentos e da tirania. Através destas instituições que fomentam nos indivíduos o desenvolvimento de suas disposições racionais, o gênero humano em sua totalidade avança progressivamente à medida que o esclarecimento representa a saída da menoridade para a maioridade, de modo que o progresso *via* esclarecimento anda de mãos dadas, por assim dizer, com o progresso do gênero humano.

Öffentlichkeit é o termo alemão empregado por Kant para significar esta esfera normativa na qual o esclarecimento se concretiza. Na própria semântica do termo alemão está inscrito caráter dinâmico e progressivo do esclarecimento, pois *Öffentlichkeit* quer significar nada além de uma opinião que pode ser tornada pública e, portanto, unir-se à massa de outras opiniões públicas que se dão a conhecer a partir da liberdade de opinião e da liberdade da “pena”.²¹ Esta esfera normativa construída a partir do grande diálogo que se estabelece entre os *Gelehrten* é aquilo que lança as condições de formação do debate público, que por sua vez constrói as condições de possibilidade da *formação* dos demais membros da sociedade segundo os parâmetros da racionalidade pública que permite aos indivíduos *progredirem* dentro desta esfera. Ao fincar pé na ideia de uma humanidade que está caminhando para sua maioridade, que pensa por si mesma, Kant exalta a aurora de uma nova época (a época da “crítica”),²² na qual crescem o pensamento e a ação movidos pela razão esclarecida, que se empenha a favor da concreção da liberdade e do progresso. O projeto kantiano do esclarecimento não se deixa reduzir a uma simples metafísica do futuro, mas antes deve ser compreendido como a investigação das condições por meio das quais o gênero humano, segundo suas capacidades, é capaz de alcançar este futuro e do modo pelo qual o próprio gênero humano leva a cabo a concreção deste futuro.²³

Com base em toda esta argumentação, pretendeu-se esclarecer por que o uso público representar uma espécie de intersecção entre o domínio individual (privado) e o domínio coletivo (público), uma vez que o uso público da razão é *conditio sine qua non* para que os indivíduos possam exercer seu livre pensar e amadurecer seu entendimento em um processo que envolve um diálogo permanente com os outros e constante autocorreção, que culmina no *melhoramento* moral e intelectual dos indivíduos mantenedor do processo que contribui para o *progresso* da espécie. Nesse sentido, o esclarecimento enquanto um fenômeno histórico representa o momento em que a razão aparece como fato histórico, no movimento de passagem entre menoridade e maioridade, ele diz respeito a uma época em que o gênero humano começa a tomar consciência de suas capacidades racionais e, respectivamente, de quais são os entraves para sua autorrealização. O esclarecimento é a época na qual o gênero humano começa a proclamar para si mesmo “Raciocineis!”. É a época em que tem início a defesa incessante e intransigente de cada indivíduo, de que cada um tem o direito (e o dever) de fazer uso público de sua razão.

5. A transmissão do legado cultural do gênero humano: a importância da educação

Segundo muitos estudiosos, o século XVIII pode ser caracterizado como sendo o século

21 Raullet, 1995, p. 28

22 “Nossa época é a verdadeira época da *crítica* a que tudo tem de submeter-se. A *religião*, por meio de sua *sacralidade*, e a *legislação*, por meio de sua *majestade*, querem em geral escapar a ela. Desse modo, porém, levantam contra si uma legítima suspeita e não podem aspirar ao sincero respeito que a razão dedica apenas àquele que pôde suportar o seu livre e público teste”(KrV A XI).

23 Menezes, 2000, p. 164

da *Pedagogia* legando questões que permanecem em pauta até hoje como, por exemplo, a de que o progresso do gênero humano depende da educação.²⁴ Imbuído do espírito de progresso, o esclarecimento não se caracteriza simplesmente pela busca por verdades, mas fundamentalmente, *na capacidade humana de encontrá-las, transmiti-las e aperfeiçoá-las pela educação*. Nesse sentido, se por um lado a morte é a causa da interrupção do aperfeiçoamento individual, por outro lado, este inconveniente (se me é facultado uma tal jocosidade) esbarra na continuidade da espécie, de modo que a educação no projeto kantiano do esclarecimento (e do esclarecimento em geral) não está restrita somente ao âmbito de investigações pedagógicas. A educação se converte no projeto moderno do esclarecimento (do qual Kant é um dos principais arquitetos) como o vetor fundamental do progresso do gênero humano, pois é a educação que fornece a base para a crença da humanidade na esperança de um plano conjunto do melhoramento progressivo do gênero humano em direção ao melhor.²⁵ Outras épocas também foram conscientes e depositaram enorme valor no processo educativo, mas na modernidade a educação passa a ser concebida dentro de um *ideal histórico* no qual os homens são os responsáveis por sua própria formação e conduta. O gênero humano tem o dever de perseguir e de criar as condições de sua formação, de modo que o gênero humano é o responsável por criar a sua própria história. A educação é o que nos torna o que somos e, somente através dela podemos nos tornar melhores, de modo que os conhecimentos e ações humanas passam a ser concebidos segundo uma visão de aprendizagem e aprimoramento em vista da ideia de uma formação pessoal e coletiva. Na modernidade, a *Pedagogia* não é simplesmente a tentativa de estabelecer métodos de ensino e aprendizagem com vistas à aquisição e retenção de conhecimentos, nem de formar o estamento técnico do Estado. A educação é a busca do gênero humano pela propagação de uma identidade em consonância com as aspirações e inspirações surgidas no mundo e no tempo presente, de modo que os princípios norteadores da educação devem permitir a inserção do indivíduo na comunidade.²⁶

Inserir o indivíduo na comunidade, portanto permitir-lhe o exercício da cidadania, requer instrumentos eficazes de sociabilidade, dentre os quais me interessa sobremaneira destacar a instrução. Instruir um povo significa civilizá-lo e, dentro deste paradigma, uma educação esclarecida tem por diretriz a ideia de que o gênero humano é capaz de criar e de transformar sua própria natureza, e, para levar a cabo uma tal tarefa, a educação deve ser centrada na *formação moral* do indivíduo, ou nos termos de Kant: é preciso que educação faça desenvolver a disposição moral do gênero humano. A história representa o processo de educação do gênero humano em sua totalidade como espécie e não a de um indivíduo isolado, mas isso não implica dizer que os indivíduos não desempenham papel importante no processo de aperfeiçoamento da espécie. Conforme apresentamos na seção anterior, o projeto kantiano do esclarecimento está centrado na ideia da autonomia do pensar, o que demanda a produção de uma maneira renovada de pensar: as novas formas de pensar que seriam os veículos da autonomia são possíveis apenas através de um longo processo educativo que se confunde com o próprio ideal do esclarecimento. Realizar o esclarecimento é algo que somente a espécie pode almejar, mas para que isso se concretize se exige um longo processo de educação dos indivíduos, uma vez que o trabalho pedagógico não consiste em técnicas de ensino, mas demanda que se burile constantemente o indivíduo, de modo que tanto o processo de educação quanto o esclarecimento se encontram interconectados: o esclarecimento demanda homens esclarecidos; para ser um ser humano esclarecido é preciso ser um ser humano educado; ser um ser humano educado implica esclarecer-se. Esta interdependência entre esclarecimento e educação garante uma continuidade que aprimora ininterruptamente o ideal de humanidade. Os lentos passos rumo ao melhor demandam o conceito de uma estrutura educacional apropriada através da qual uma geração transmite à outra suas experiências e conhecimentos acumulados, formando

24 Acerca da temática do século XVIII como o século da educação cf. Gusdorf, 1973, p. 155; Raulet, 1995, p. 343 ss; Hazard, 1974, p. 253 ss.

25 Menezes, 2000, p. 165

26 Menezes, 2000, p. 167

desta maneira um legado cultural que permite a avaliação e a definição do progresso.

O ser humano aprende através de erros e acertos, de modo que sua história é o resultado obtido através destas experiências. Desta maneira, pode-se perceber o vínculo entre *Pedagogia* e história, na esfera da pergunta sobre o esclarecimento, para Kant: o gênero humano possui uma história porque possui uma capacidade infinita de aprendizagem, ou em outras palavras, o gênero humano possui uma capacidade infinita de aperfeiçoamento de suas disposições racionais. Assim não é surpreendente que Kant sustente que “o ser humano é a única criatura que precisa ser educada” (*Päd*, AA 09: 441). Isso se deve ao fato de que a espécie humana *deve, através de suas próprias forças*, desenvolver todas aquelas disposições racionais, o que quer dizer: o animal dotado da faculdade da razão deve se fazer animal racional. Os outros animais “cumpram espontaneamente seu destino”, enquanto o ser humano “é obrigado a tentar conseguir seu fim” (*Päd*, AA 09: 445). Os animais podem desenvolver completamente em cada um dos indivíduos da espécie suas disposições naturalmente, pois o processo de desenvolvimento de suas disposições é governado por seu instinto. Já com relação à espécie humana, tal regra não se aplica, pois:

O ser humano tem necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, por ele não ter a capacidade imediata de o realizar, mas vir ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele (*Päd*, AA 09: 441).

Assim a educação é trazida à baila, pois é por intermédio dela que o gênero humano consegue extrair de si mesmo, pouco a pouco, as forças para levar a cabo o desenvolvimento de suas disposições. Dessa maneira, o desenvolvimento humano – seu aperfeiçoamento – não é somente um processo de desenvolvimento biológico, mas é primordialmente um processo de desenvolvimento pedagógico que carece de uma mediação institucional e cultural.

A conexão entre a filosofia da história e a *Pedagogia* no sistema kantiano se dá a partir da ideia desenvolvida em *Sobre a Pedagogia*, onde Kant sustenta que:

Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para desenvolver uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a espécie humana a seu destino (*Päd*, AA 09: 446).

Sob este prisma, o desenvolvimento ontogenético (o desenvolvimento dos indivíduos) e o desenvolvimento filogenético (o desenvolvimento da espécie) se encontram interrelacionados, reforçando assim a tese que desenvolvemos na seção anterior, uma vez que a ontogênese retoma a filogênese devido ao fato de que os indivíduos necessitam se apropriar dos conhecimentos e habilidades acumulados e conservados pelas gerações anteriores, pois, se não fosse assim, o gênero humano estaria fadado a “começar do zero” a cada nova geração. Porém, a filogênese também depende da ontogênese, pois a espécie depende do progresso e esforço dos indivíduos para que novos conhecimentos e habilidades sejam desenvolvidas, bem como os conhecimentos acumulados sejam preservados. Sem o esforço e trabalho dos indivíduos, a espécie não pode progredir. A educação, na visão kantiana, é vista como um processo histórico infinito no tempo, no qual somente à espécie é facultado o direito a aspirar o desenvolvimento completo (perfeito) de todas as suas disposições, mas esta aspiração concernente ao gênero humano é mediada também pelo esforço e empenho de cada um dos indivíduos.

Já tivemos a oportunidade de esclarecer que as disposições naturais voltadas ao uso da razão são a disposição técnica, pragmática e moral, de modo que para Kant um método pedagógico satisfatório concebe uma educação capaz de desenvolver cada uma destas disposições, mas especialmente a *disposição moral*. A primeira finalidade da educação é o desenvolvimento da disciplina e é incumbência daquilo que Kant chama de educação física, enquanto o desenvolvimento e cultivo das disposições naturais voltadas ao uso da razão (o processo de cultivo, civilização e moralização) pertence àquilo que Kant designa de educação prática ou moral. A conexão entre a *Pedagogia* e a filosofia da história não poderia ser mais clara: em ambas

se trata das mesmas três disposições que devem ser desenvolvidas através do esforço do gênero humano.

Já fizemos menção também ao fato de que a disposição moral é aquela que mais tardiamente se desenvolve seja no indivíduo, seja na espécie, devido ao fato de que ela pressupõe já que as outras duas disposições (a técnica e a pragmática) tenham atingido um certo grau de desenvolvimento. É somente com o desenvolvimento da disposição moral que o ser humano passa a enxergar a si mesmo como sendo possuidor de um valor absoluto, isto é, ele toma consciência de que é uma pessoa com uma dignidade intrínseca que não lhe permite considerar a si mesmo e a seus iguais como meios para a consecução de fins. À medida que a disposição moral se desenvolve o ser humano vai paulatinamente se apercebendo como um ser livre. A partir destas considerações, Kant enuncia o princípio ordenador de sua *Pedagogia* nos seguintes termos:

Um princípio de *Pedagogia* o qual mormente os homens que propõem planos para a arte de educar deveriam ter ante os olhos, é: *não se deve educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é segundo a ideia de humanidade e de sua inteira destinação*. Esse princípio é da máxima importância. De modo geral, os pais educam seus filhos para o mundo presente, ainda que seja corrupto. *Ao contrário, deveriam dar-lhes uma educação melhor, para que possa acontecer um estado melhor no futuro*. Mas, aqui se deparam com dois obstáculos: os pais não se preocupam ordinariamente senão com uma coisa, isto é, que seus filhos façam uma boa figura no mundo, e os príncipes consideram os próprios súditos apenas instrumentos para os seus propósitos (*Päd*, AA 09: 445, grifos meus).

A “inteira destinação” mencionada por Kant diz respeito ao desenvolvimento completo das disposições naturais voltadas ao uso da razão, que só pode ser alcançado pelo gênero, mas que deve também ser buscado pelos indivíduos. Já a “ideia de humanidade” indica o caminho que deve orientar um método pedagógico voltado para o desenvolvimento da disposição moral do ser humano. Ideia, conforme a primeira *Crítica*, é um tipo de representação conceitual sem validade objetiva, isto é, ela não tem nenhuma referência sensível, mas se encontra fundada “necessariamente na natureza da razão humana” (*KrV* B 380). As ideias da razão têm um uso teórico e outro prático: do ponto de vista teórico, as ideias têm um uso meramente regulativo, isto é, elas não constituem um conhecimento objetivamente válido ainda que sirvam de orientação *ideal* da razão para estabelecer a unidade completa de seus conhecimentos; já em um uso prático (que é o caso na passagem acima, interesse primordial desse estudo), as ideias são constitutivas de nossos juízos morais, pois elas servem como critério de valoração de nossas ações ou como medida de avaliação dos indivíduos:

Eu entendo por *ideia* uma perfeição para qual nada pode ser dado adequadamente na experiência, nem por isso as ideias morais são algo transcendente, isto é, ideias sobre as quais nós não podemos sequer determinar suficientemente o conceito ou sobre as quais é incerto se lhe corresponde em geral um objeto, como as ideias da razão especulativa, mas servem, enquanto arquétipos da perfeição prática, de norma imprescindível da conduta moral e ao mesmo tempo de *padrão de medida de comparação* (*KpV*, AA 05: 127, nota).

Por humanidade, Kant quer significar aquilo que há de mais elevado, mais perfeito na espécie humana, como contraconceito ao conceito de “animalidade”. Enquanto o campo semântico do conceito de humanidade recobre domínios como “racionalidade”, “modo de pensar perfeito”, “maioridade da razão”, “autonomia”, o campo semântico do conceito de animalidade significa tudo aquilo que remete à menoridade, selvageria, em suma, ao não-humano. A ideia de humanidade se vincula a uma racionalidade guiada pela razão prática, de modo que aquilo que no ser humano é o mais próprio, aquilo que constitui o *seu* si próprio, é a sua capacidade de agir segundo os ditames da razão pura prática. Portanto, uma educação moral guiada pela ideia de humanidade significa que as crianças devem ser educadas com vistas ao desenvolvimento não só das disposições técnica e pragmáticas, mas especial e fundamentalmente da disposição moral.

Neste contexto, Kant está convencido de que os métodos pedagógicos empregados por seus contemporâneos não estão voltados para desenvolver uma verdadeira educação moral e promover o melhoramento moral do mundo (cf. *Päd*, AA 09: 450-451). Os métodos empregados por seus contemporâneos baseavam-se, segundo Kant, fundamentalmente em exercícios mnemônicos, na aprendizagem pelo exemplo e na aplicação de castigos, eles não almejam que as crianças “aprendessem a pensar”, o que implicaria ensiná-las a “observar os princípios dos quais todas as ações derivam” (*Päd*, AA 09: 450), pois é isso o que permitiria estabelecer padrões para a formação de um bom caráter e do desenvolvimento da autonomia pessoal das crianças. Uma educação mecânica praticada pelos pais e por aquelas instituída pelos príncipes é, para Kant, desprovida de um plano pedagógico adequado e traz consigo muitas falhas e equívocos, daí a necessidade de conceber uma *Pedagogia* a partir de um plano racional que vise ao desenvolvimento da natureza própria do gênero humano tendo em vista a realização daquilo que é a sua destinação (cf. *Päd*, AA 09: 447).

O esclarecimento está profundamente identificado com este projeto educativo já que os ideias de humanidade e de autonomia seriam meras fabulações urdidas por nosso cérebro, pois quando os ideias de humanidade e autonomia adentram o plano pedagógico de educação do gênero humano o projeto do esclarecimento é posto em prática, por assim dizer, e o gênero humano alcança a compreensão de que não carece buscar em instâncias extrarracionais os mecanismos capazes de justificar seu conhecer e, sobretudo, seu agir, de modo que segundo a concepção pedagógica de Kant a história da humanidade faz da educação das futuras gerações a nova base sobre a qual se assenta o progresso do gênero humano. O cultivo do ser humano a partir da educação é o que permite emergir uma nova maneira de pensar, *emancipada* das superstições e de dogmatismos de qualquer natureza. Nesse sentido, a educação para Kant se deixa traduzir em um ideal pedagógico aberto ao futuro, o que exige que a educação esteja consorte a uma filosofia da história que estabeleça de modo seguro e apropriado como é possível o progresso do gênero humano.

Referências

FERGUSON, A. *An Essay on the History of Civil Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FERREIRA, G. M. Kant entre franceses, ingleses e alemães: diretrizes histórico-filosóficas da gênese da antropologia kantiana (parte 1). *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 459-486, 2022.

FERREIRA, G. M. Kant entre franceses, ingleses e alemães: diretrizes histórico-filosóficas da gênese da antropologia kantiana (parte 2). *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 267-298, 2022.

FERREIRA, G. M. Progresso e perfeição na filosofia de Kant. *Estudos Kantianos*, Marília, v. 11, n. 2, p. 31, 2024.

GUSDORF, G. *L'avènement des sciences humaines au siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1973.

HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Tradução de Carlos Grifo Babo. Lisboa: Presença, 1974.

KANT, I. *Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Preussischen Akademie der Wissenschaften (Bd.

1-22), der Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin (Bd. 23) und der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen (ab Bd. 24). Berlin: de Gruyter, 1900 ff.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. São Paulo: Vozes, 2013 [1781/1787].

KANT, I. Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita. Tradução de Artur Morão. In: KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2007[1784a].

KANT, I. Resposta à pergunta “o que é Esclarecimento?”. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1784b].

KANT, I. Recensões das ideias para a filosofia da história da humanidade de J. G. Herder. Tradução de Joel Thiago Klein. *Studia Kantiana*, v. 13, p. 121-147, 2012; v. 14, p. 190-214, 2013 [1785].

KANT, I. Começo conjectural da história humana. Tradução de Bruno Nadai. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 13, p. 109-124, jan./jun. 2009 [1786a].

KANT, I. Que significa orientar-se no pensamento? Tradução de Floriano de Souza Fernandes. In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1786b].

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução de Monique Hulshof. São Paulo: Vozes, 2016 [1788].

KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006 [1798].

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1999 [1803].

KLEIN, J. T. *Kant e a ideia de uma história universal*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

KLEIN, J. T. A questão da natureza humana: Kant leitor de Rousseau. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 42, n. 1, p. 9-34, 2019.

MENEZES, E. *História e esperança em Kant*. São Cristóvão: Editora UFS, 2000.

NADAI, B. *Progresso e moral na filosofia da história de Kant*. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAULET, G. *Aufklärung: les Lumières allemandes*. Paris: Flammarion, 1995.

WASZECK, N. The Scottish Enlightenment in Germany, and its translator, Christian Garve (1742-98). In: HUBBARD, T.; JACK, R. D. S. (ed.). *Scotland in Europe*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2006. p. 55-72.